

Peter Longrich

HEINRICH HIMMLER

D. QUIXOTE



D. QUIXOTE

D. QUIXOTE

PRÓLOGO

Na tarde de 23 de maio de 1945, cerca de duas semanas após a capitulação alemã, um grupo de cerca de 20 suspeitos – civis e soldados –, capturado dois dias antes, foi levado ao 31.º Campo de Interrogatório de Civis das Forças Armadas inglesas, nas proximidades de Lüneburg.¹

O oficial de plantão, o capitão Tom Selvester, assumiu o interrogatório de rotina dos prisioneiros: um a um, os homens foram conduzidos ao seu escritório, onde verificava os seus dados pessoais e os interrogava. Já estava a trabalhar há algum tempo quando as sentinelas o avisaram de que três dos prisioneiros à espera estavam a causar problemas e a exigir serem ouvidos de imediato. Era um facto extremamente incomum: Selvester sabia por experiência que a maioria dos prisioneiros fazia tudo para não chamar a atenção.

Curioso, ordenou que os três prisioneiros fossem trazidos à sua presença. Assim, um homem relativamente baixo, de aparência doentia e em trajes civis amarrotados, entrou no seu escritório, seguido por dois homens de maior estatura, com postura claramente militar, envergando um misto de roupas civis e militares. Suspeitava-se que os três fossem membros da polícia secreta de campo. Selvester dispensou os dois mais altos para poder avaliar com mais atenção o mais baixo, sem dúvida o líder. Este removeu a pala preta que lhe cobria o olho direito, colocou óculos de armações de osso e, com calma, apresentou-se como a pessoa que, inequivocamente, parecia ser: Heinrich Himmler, ex-Reichsführer-SS e chefe da Polícia alemã, comandante do Exército de Reserva da Wehrmacht e ministro do Interior do Reich.

Selvester rapidamente mandou chamar o oficial de interrogatórios mais graduado, o capitão Smith, e ambos ordenaram a Himmler que se submetesse a um teste de assinatura para poderem ter a certeza absoluta. Himmler começou por recusar, suspeitando que os oficiais desejassem apenas uma recordação da guerra, mas acabou por concordar, na condição de o papel ser destruído assim que a assinatura fosse comparada com o exemplar disponível no campo.

Depois da confirmação, Selvester revistou pessoalmente o prisioneiro. Primeiro, encontrou documentos em nome de Heinrich Hitzinger, sargento da Wehrmacht. Em seguida, no casaco de Himmler, encontrou um frasquinho contendo uma ampola com um líquido transparente. Sabendo que se tratava de uma cápsula de veneno, fingiu ingenuidade e perguntou a Himmler do que se tratava; este respondeu-lhe ser um remédio para as dores de estômago. Ao

encontrar um segundo frasquinho nas roupas de Himmler, Selvester concluiu que o prisioneiro devia esconder outra ampola no corpo.

Himmler foi então submetido a um meticuloso exame físico, que incluiu todos os orifícios do corpo, embora a boca, por certo o esconderijo mais provável e arriscado, tenha sido deixada de fora. Em vez disso, Selvester mandou servir uma sanduíche de queijo e chá, que Himmler aceitou de bom grado, não retirando da boca qualquer objeto suspeito. Recusou-se, no entanto, a vestir a farda britânica proposta em substituição das roupas confiscadas – provavelmente por temer que o fotografassem para depois usarem as imagens como material de propaganda.

Assim ficou sentado diante dos oficiais britânicos em roupa interior, enrolado num cobertor. Determinou-se que os seus dois acompanhantes eram o Obersturmbannführer (tenente-coronel) Werner Grothmann, oficial ajudante do Reichsführer-SS (chefe das SS), e outro membro do seu Estado-Maior, o Sturmbannführer (major) Heinz Macher.

Pouco antes do anoitecer, chegou um oficial mais graduado do Serviço Secreto britânico, que assumiu o interrogatório. Enquanto isso, os britânicos ponderavam sobre como poderiam retirar intacta a possível cápsula de veneno na boca de Himmler. Consultaram médicos militares para saber se seria possível administrar alguma droga que deixasse Himmler inconsciente, mas a opção foi rejeitada por ser muito arriscada.²

Por volta da meia-noite o interrogatório foi temporariamente interrompido, e Himmler foi levado para o quartel-general do Segundo Exército Britânico em Lüneburg. Durante toda a permanência no Campo 31, Himmler mostrara-se recetivo e até bem-disposto, pronto a responder às perguntas dos oficiais britânicos, ou pelo menos assim parecia a Selvester. Apesar do seu aspeto inicial doentio, depois de ter comido e tomado banho, Himmler parecia revigorado.

Uma vez em Lüneburg, foi submetido a um exame rigoroso no qual o médico, o capitão Wells, descobriu na boca de Himmler, que ele abrira com relutância, a ponta azul de um objeto. Enquanto Wells tentava remover o corpo estranho, Himmler sacudiu a cabeça com força para se desviar, mordeu a cápsula e tombou. Ao fim de 15 minutos, todas as tentativas para retirar os restos do veneno e o reanimar cessaram. Um exame mais apurado revelou que o veneno usado fora o cianeto.³

O corpo de Himmler foi enterrado três dias depois. Estavam presentes apenas um oficial britânico e os três sargentos que cavaram a sepultura. Não houve nenhuma cerimónia religiosa e o local não foi assinalado.⁴

O comportamento de Himmler nos seus últimos dias foi contraditório: em vez de se suicidar nos últimos dias da guerra, à imagem de outros líderes

nazis, resolveu esconder-se, mas fê-lo de modo tão amador que ele e os seus companheiros acabariam inevitavelmente por ser descobertos. Ao cair nas mãos dos Aliados fez questão que soubessem quem ele era; porém, em seguida, eximiu-se de responsabilidades cometendo suicídio. O facto de ter agido desta forma, e não de acordo com os padrões de virtude de um oficial das SS que tanto pregava – e que incluíam assumir a responsabilidade pelos próprios atos, por mais sórdidos que fossem –, desiluiu profundamente os seus homens e levou a que a reputação póstuma do Reichsführer-SS se mantivesse predominantemente negativa, mesmo entre os seus antigos seguidores. Por isso, nos anos do pós-guerra, Himmler não se tornou uma figura lendária.

Em maio de 1945 Himmler limitou-se a deixar-se levar pelo fluxo dos milhões de refugiados e soldados. O seu fim parece tão enigmático quanto a sua carreira ao serviço do nazismo. Como pôde uma personalidade tão banal alcançar uma posição historicamente ímpar de poder? Como pôde o filho de um próspero funcionário público bávaro, católico, tornar-se o organizador de um sistema de genocídio que abrangeu toda a Europa?

O objetivo desta biografia é penetrar tão fundo quanto possível na obscura personalidade deste homem e nos motivos por detrás dos seus feitos monstruosos. Mas, para ser bem-sucedida, justifica-se ultrapassar os moldes de uma biografia política e analisar toda a vida de Himmler em cada uma das suas fases e nos seus diferentes âmbitos (inclusive os ditos apolíticos).

Uma abordagem biográfica abrangente permite reconstruir o desenvolvimento dessa personalidade, as suas características essenciais e os seus padrões de comportamento nos seus anos de formação, que se estendem ao início da sua carreira política, possibilitando um melhor conhecimento da sua vida posterior. Assim, poder-se-á explicar o que «levou um jovem de boas famílias» a integrar, em meados da década de 1920, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), mais conhecido como Partido Nazi, de minoria dissidente de extrema-direita, e o que fez com que esse indivíduo frágil e apagado ampliasse a Schutzstaffel (Serviço de Proteção) a ele subordinada, transformando-a nas marciais SS, e dirigindo-a para uma rigorosa seleção racial. A personalidade de Himmler permite também desvendar o que o motivou, apesar das derrotas e frustrações, a resistir tenazmente no seu posto e a trabalhar de forma sistemática na construção de uma estrutura de poder que mantivesse sob controlo todo o território dominado pela Alemanha. No que diz respeito aos crimes sem precedentes por ele organizados, a sua justificação está indissolavelmente ligada à sua biografia, e à ideia que Himmler fazia de «decência», que, num olhar mais apurado, se revela como código de uma dupla moral pequeno-burguesa.

Mas uma biografia de Himmler pode alcançar muito mais. Afinal, a reprodução biográfica cronológica e esquematizada das diferentes atividades que colocou em marcha nas funções de Reichsführer-SS, chefe da Polícia alemã, comissário do Reich para o Fortalecimento do Povo Alemão, ministro do Interior do Reich e comandante do Exército de Reserva, revela que as áreas políticas individuais pelas quais era responsável estavam interligadas de modo muito mais denso do que se julgava. Além disso, puderam ser encontradas coincidências temporais surpreendentes que não haviam sido consideradas até ao momento.

A investigação da história das estruturas das SS e do Partido Nazi tem-se concentrado basicamente na reconstrução dos genocídios perpetrados pelas SS – com o Holocausto em primeiro plano –, bem como nas suas diversas esferas de atuação. Assim, a repressão, o extermínio racial, as Waffen-SS, a política de colonização e do fortalecimento do povo alemão, a espionagem, etc., eram vistas predominantemente como pilares paralelos do império das SS. Mas para explicar o que unia este aparelho extremamente heterogêneo, e o que fez com que ele, com o passar do tempo, procurasse sempre novas tarefas, ampliasse as suas competências e se redefinisse com frequência, é preciso olhar para a história de vida do homem na cúpula da estrutura. Himmler redefiniria de forma constante, em fases claramente diferenciadas, o papel das SS.

Em pouquíssimo tempo conseguiu transformar a modesta unidade de guarda pessoal que assumira em 1929, numa organização paramilitar elitista que jurou lealdade à cúpula do partido. Nos anos de 1933-1934, conseguiu rapidamente atingir o cargo de chefe da Polícia Política de todo o Reich. A partir dessa posição, desenvolveu um plano abrangente para a direção de toda a força policial, que Himmler – após ser nomeado chefe da Polícia alemã por Hitler em 1936 – queria fundir com as SS para criar o Corpo de Segurança do Estado (Staatsschutzkorps).

Quando, no final da década de 1930, o chamado Terceiro Reich se começou a expandir, Himmler estabeleceu novas prioridades: a par da colonização e à «seleção racial» da população nas regiões a serem «germanizadas», ampliou as Waffen-SS e passou a envolver-se na política de repressão nas regiões ocupadas. Em 1941 instituiu uma política de extermínio sistemático baseada em critérios raciais. Na sua visão, esse era o primeiro passo para erguer uma estrutura de poder qualitativamente nova, racialmente baseada, no continente europeu – o Grande Império Germânico.

Todavia, no final de 1942, o regime entrou em modo defensivo e Himmler voltou a redirecionar as suas metas. Passou a concentrar-se totalmente na garantia da «segurança» dentro das regiões ainda dominadas pela Alemanha nazi e, até ao fim da guerra, passou a concentrar em si quase todos os meios de violência passíveis de serem usados internamente, no seio do Estado nazi.

Assim, a verdadeira força de Himmler consistia em criar, a cada dois ou três anos, estruturas completamente novas para a sua esfera de domínio, que alocavam tarefas correlacionadas a cada uma das partes desse conglomerado heterogéneo de poder, ajustadas à política geral do Regime e que se deixavam justificar tanto do ponto de vista da política de poder quanto da ideologia. Desse modo, reagia à crescente radicalização política do regime nazi ao mesmo tempo que a impulsionava de modo decisivo.

A capacidade de Himmler de combinar de modo muito eficiente visão de mundo e política de poder por meio da constante definição de novos objetivos para as SS deixa claro, acima de tudo, que a abordagem biográfica é o único meio adequado para compreender e explicar a história das SS em todas as suas facetas. Sem o homem que estava ao seu leme não é possível explorar de modo abrangente essa organização heterogénea, radical e em constante expansão.

Acresce o reconhecimento de que as predileções e aversões pessoais de Himmler, bem como as suas diversas manias, marcaram profundamente a organização e o comando das SS e, de facto, surtiaram efeitos estruturais. Isto aplica-se, por exemplo, ao modo obstinado como controlava o seu pessoal, que incluía a monitorização da vida privada dos subordinados e que, em muitos aspetos, remete para o comportamento de uma figura paternal severa e protetora; válido também para a sua tentativa de estabelecer um culto às SS que correspondia inteiramente às suas inclinações germanófilas de dissidente católico. O corpo de segurança do Estado no qual Himmler queria transformar as SS oferecia-lhe em muitos aspetos uma forma de autoproteção, servindo como um escudo atrás do qual podia viver as suas inclinações pessoais e ao mesmo tempo ocultar as suas fraquezas.

Enquanto Reichsführer-SS, Himmler não era um funcionário político encarregado de uma repartição com uma série estável de poderes, mas alguém que, ao longo das diversas missões de liderança de que foi incumbido pelo Führer, criou para si uma forma única de poder. Fez do comando das SS, da garantia da sua consistência interna e do seu potencial futuro, a sua verdadeira razão de viver.

Quanto mais Himmler transferia as suas máximas pessoais para o comando das SS, e quanto mais se fundia com o seu ofício, mais desaparecia a pessoa privada por trás da função de Reichsführer-SS. Se dispomos de informações relativamente detalhadas sobre a vida privada de Himmler até ao início da década de 1930 através de diversas fontes (sobretudo diários e cartas), esse tipo de documentos pessoais escasseia cada vez mais à medida que aumenta o poder e a exigência do cargo de Reichsführer-SS; Himmler já quase não tinha vida privada. Apesar da grande quantidade de documentos oficiais disponíveis nos quais transparece claramente a personalidade de Himmler, com o seu estilo típico, os seus ressentimentos, as suas tendências e os seus preconceitos,

a partir de meados da década de 1930 o método puramente biográfico esbarra nos seus limites. Seria pretensioso – e configuraria uma abordagem equívoca em termos historiográficos – querer explicar as ações do Reichsführer-SS Heinrich Himmler essencialmente a partir do seu currículo. A história do nazismo não pode definitivamente ser reduzida a um cruzamento dos currículos de alguns líderes nazis.

Trata-se muito mais de uma relação lógica entre biografia e história estrutural; se é atribuído um peso cada vez maior à história estrutural ao longo da vida do nosso protagonista, o deslocamento desse peso metódico e narrativo é a consequência lógica da referida fusão crescente entre cargo e pessoa. Ainda assim, o elemento biográfico mantém a sua importância em todas as fases referidas da vida de Himmler, pois no nazismo a configuração do poder político estava indissolúvelmente unida à biografia dos principais líderes nazis. Isso aplica-se de um modo particularmente especial a Heinrich Himmler, Reichsführer-SS.

Do Assassinato em Massa à Solução Final

Desde o outono de 1941 o regime nazi dedicava-se a estender o assassinato em massa dos judeus a toda a Europa. Por detrás dos chamados planos territoriais para a «solução da Questão Judaica» ocultava-se a intenção de deportar os judeus da Europa para um local em que não existissem suficientes bases para a sua subsistência, para então exterminá-los. Desde o início de 1941 a alta cúpula do regime estava decidida a concretizar essa intenção nos territórios a serem ocupados na União Soviética, naqueles territórios, portanto, que os comandos de Himmler, desde o verão de 1941, cobriam com uma onda de assassinatos em massa da população judaica local. Que os judeus deportados «para o Leste» a partir do outono de 1941 acabassem caindo no aspirador dessa política assassina era inevitável, e essa perspectiva evidentemente levou a uma radicalização ainda maior das metas em relação à Solução Final: agora já não se pensava em deixar que os judeus arrancados dos seus domicílios se extinguissem no curto ou médio prazo, mas em promover a sua definitiva «remoção» por meio de um assassinato em massa – e isso ainda durante a guerra.

A ideia amplamente divulgada de que esse processo foi consequência de uma única ordem de Hitler não corresponde à realidade. É verdade que na alta liderança do regime, bem como entre inúmeros funcionários de destaque nos territórios ocupados, realmente predominava o consenso de «solucionar» a Questão Judaica de um modo radical, mortífero, mas a concretização desse objetivo resultou de uma interação típica do regime entre ordens vindas de cima e iniciativas de baixo.

É possível identificar três elementos básicos no início do sistemático assassinato em massa: o planeamento e a concretização das deportações «para o Leste»; a ampliação das ações de extermínio para além dos territórios soviéticos ocupados, para regiões específicas no Leste e no Sudeste da Europa; e finalmente o planeamento e a construção de campos de extermínio em massa na Polónia ocupada. Com base nesses elementos, nos primeiros meses de 1942, Himmler e Heydrich desenvolveriam gradualmente um programa que previa o aniquilamento da maioria dos judeus europeus ainda antes do fim do ano.¹

Himmler desempenhava um papel crucial nesse processo: em constante sintonia com Hitler, expedia ordens em nome dele, fornecia estímulos, exigia iniciativas.

Em agosto de 1941 Hitler ainda deixara claro que os judeus só poderiam ser deportados para os territórios ocupados do Leste após a vitória sobre a União Soviética.² Desde o início de setembro, no entanto, que pensava rever essa decisão. Os trabalhos preparatórios para a nova orientação deixou-os por conta de Himmler. Após um almoço com Hitler, a 2 de setembro, o Reichsführer-SS reuniu-se com o HSSPF no Governo Geral, Krüger, para debater o tema «Questão Judaica – deportação do Reich». Mas quando concluiu que o Governo Geral não poderia ser consultado, procurou o HSSPF no Warthegau, Wilhelm Koppe, a 4 de setembro; este, por sua vez, enviou-lhe uma carta a 10 de Setembro na qual se dispunha a «aceitar 60 000 judeus no gueto de Litzmannstadt».³

O tema também foi abordado por outra frente. O ministro do Leste, Rosenberg, em 14 de setembro sugeriu a Hitler que este iniciasse imediatamente a deportação dos judeus da Europa central, há muito planeada, pois no dia anterior o governo soviético dera início à deportação dos alemães do Volga.⁴ Dois dias depois, o embaixador alemão em Paris, Otto Abetz, apresentou a Himmler uma sugestão do seu assessor para as questões judaicas que previa a deportação de todos os judeus da Europa para os territórios ocupados do Leste. A reação de Himmler foi positiva: poderiam transportar os judeus presos nos campos para o Leste contanto que houvesse meios de transporte disponíveis.⁵ Ainda no mesmo dia discutiu o tema «Questão Judaica; assentamentos no Leste» com Greifelt, o chefe da sua central do Estado-Maior do RKF, e também com Konrad Meyer, seu chefe de Planeamento para a Colonização do Leste. Abetz, por sua vez, encontrou-se com Hitler nesse mesmo dia, 16 de setembro. O Führer, nessa ocasião, falou de um modo extremamente brutal sobre a conformação de seu futuro império oriental.⁶

A 17 de setembro Hitler discutiu a proposta de Rosenberg com Von Ribbentrop e a 18 de setembro este informou o governador da Wartheland, Arthur Greiser, sobre o enfático desejo de Hitler de que

«o território do antigo Reich e o protetorado sejam evacuados e libertados dos judeus o quanto antes do Oeste para o Leste. Por isso, estou empenhado em transportar, se possível ainda este ano, os judeus do antigo Reich e do protetorado, como primeira etapa, para os novos territórios do Leste anexados há dois anos ao Reich, para em seguida, no início do ano, levá-los ainda mais para leste. A minha intenção é mandar 60 000 judeus do antigo Reich do protetorado para o gueto de Litzmann, para passarem o inverno, pois ouvi dizer que lá ainda há espaço».⁷

As razões para a decisão de Hitler desvincular a deportação dos judeus que viviam no domínio alemão do término da guerra eram complexas. O destino dos alemães do Volga só servia de pretexto. Em agosto de 1941, como já mencionamos, Hitler decidiu que dali em diante a guerra seria conduzida sob o lema «guerra contra os judeus». Tendo em vista a cada vez mais provável entrada dos Estados Unidos na guerra, ele acreditava que assim encontrara uma fórmula que explicava a prevista coligação do comunismo e do capitalismo: a «conspiração judaica mundial» mantinha os inimigos unidos. Mas, do seu ponto de vista, os judeus da Europa também deveriam ser considerados parte do campo inimigo e a sua deportação seria a consequência lógica. O homem de ligação do Ministério do Reich para o Leste no quartel-general de Hitler, Werner Koeppen,⁸ registou a 21 de setembro que Hitler considerava adotar «represálias contra os judeus em razão do tratamento dispensado aos alemães do Volga, no caso de uma eventual entrada dos Estados Unidos na guerra [...]. Que as deportações deveriam ser vistas como um gesto ameaçador em direção aos Estados Unidos é sublinhado pelo facto de terem ocorrido abertamente e terem sido comentadas pelos correspondentes estrangeiros autorizados pela Alemanha⁹ e observados atentamente pela imprensa internacional».¹⁰ Já que Hitler estava ferrenhamente convencido de uma conspiração judaica mundial, confiava que a publicação das deportações pudesse influenciar a política externa americana a seu favor.

Por detrás das deportações havia ainda outra ideia de natureza político-interna: por meio das deportações, visíveis a todos e devidamente valorizadas pela propaganda, os judeus seriam acusados e punidos como «maquinadores» da guerra das bombas¹¹ enquanto as vítimas não judias dos bombardeamentos e outros necessitados receberiam os utensílios dos deportados e seriam acomodados em «casas de judeus».¹² Calculava-se que os muitos beneficiários das deportações desse modo se tornariam cúmplices da política judaica. No entanto, existem diversas indicações de que as deportações dos judeus do centro da Europa foram planeadas desde o início para ser a primeira etapa de um programa de deportação de judeus envolvendo todo o continente.¹³

A base para isso era a reação das forças de ocupação diante da resistência que se formava nos seus domínios. A invasão alemã da União Soviética levou à mobilização da resistência contra a odiada força em toda a Europa ocupada pela Alemanha. Especialmente quando os comunistas na clandestinidade superaram a paralisia que o pacto Hitler-Estaline de agosto de 1939 provocara. No verão, e mais intensamente no outono de 1941, ocorreram ações de sabotagem e atentados contra os alemães em diversos países europeus. Por isso a força de ocupação intensificou as represálias.

O comandante militar na Sérvia, por exemplo, já em julho iniciara a execução em grande escala de prisioneiros a título de «vingança» contra os atos

de resistência.¹⁴ Na França as execuções ocorreram pela primeira vez a 6 de setembro; depois, por ordem de Hitler, foram intensificadas em outubro; na Bélgica, nos dias 15 e 26 de setembro; e na Noruega – após as greves em Oslo –, também em meados de setembro.¹⁵

Na Noruega o comissário do Reich, Terboven, a 10 de setembro de 1940, declarou adicionalmente o estado de exceção para a região de Oslo. No mesmo dia, perguntou a Himmler se não era possível estender a jurisdição das SS e da polícia a toda a população norueguesa, para impedir que «a justiça alemã, da forma como é representada no Ministério da Justiça do Reich, se espalhe por aqui». Himmler concordou por carta e cinco dias depois transferiu ao HSSPF Riedess as competências de agente da justiça sobre a população civil norueguesa. A 17 de setembro entrou em vigor o regulamento que Terboven solicitara.¹⁶

Nos Países Baixos, após o ataque alemão à União Soviética, o comandante da polícia de segurança, Wilhelm Harster, ordenou a prisão maciça de comunistas.¹⁷ A 16 de setembro o OKW promulgou a ordem geral de que para cada soldado alemão morto deveriam ser executados entre 50 e 100 comunistas a título de reparação «adequada».¹⁸

No protetorado da Boémia e Morávia, Heydrich, que desde o final de setembro era protetor adjunto do Reich em Praga, imediatamente após tomar posse declarou estado de exceção civil e instalou tribunais marciais. Enquanto vigorou o estado de emergência, entre 27 de setembro e 29 de novembro de 1941, foram executados 404 homens e mulheres.¹⁹

Na Grécia, no final de agosto e em setembro, o movimento de resistência cometeu diversos atentados²⁰ em consequência dos quais Himmler sugeriu a Hitler, durante uma conferência no início de novembro, que a Alemanha deveria reagir mediante a punição e a deportação da grande comunidade judaica de Salónica.²¹ Durante essa conferência Himmler esclareceu o seguinte contexto: primeiro, falou genericamente sobre a «transferência de raças estrangeiras (judeus)», mencionou as cidades de Riga, Reval e Minsk como «pontos centrais» e, finalmente, chamou a atenção para Salónica, onde via «um perigo especial por causa do cruzamento de judeus e levantinos». A palestra mostra claramente que ele já nessa época concebia as deportações em dimensões que envolviam toda a Europa. Hitler mostrou-se convencido com a explanação de Himmler, incumbindo-o de afastar o «elemento judeu» de Salónica. Na prática, as deportações dos judeus da cidade grega só ocorreriam em 1943.²²

A ideia de dirigir as represálias especificamente contra os judeus não era só de Himmler. Desde o outono de 1941 que as autoridades da ocupação militar na Sérvia e na França também concentravam as suas represálias sobre as minorias judaicas por iniciativa própria – na Sérvia, em outubro de 1941, a

Wehrmacht passou a executar sistematicamente homens judeus, que haviam prendido especificamente para serem usados em «vinganças» contra atentados. No início de novembro, 8000 judeus foram vítimas dessas execuções; os seus familiares foram internados em campos durante o inverno e assassinados em câmaras de gás móveis na primavera seguinte.²³

Na França as autoridades militares já haviam detido milhares de judeus, desde o início de 1941, sobretudo estrangeiros. Em dezembro de 1941 já não respondiam aos atentados mediante a execução de reféns; em vez disso, após cada atentado escolhiam um número de comunistas e de judeus que deveria ser deportado «para o Leste». De início as ameaças não puderam ser concretizadas em virtude da precariedade dos meios de transporte. O primeiro transporte de 1000 reféns para Auschwitz só deixou a França em março de 1942.²⁴

Do ponto de vista da classe dirigente nazi, as medidas de intensificação e ampliação da repressão contra os judeus eram apenas lógicas: uma vez que partiam de uma identidade entre comunismo e judaísmo abrangente, acreditavam que eram basicamente as minorias judaicas, também fora do Leste da Europa, que apoiavam o movimento de resistência. O facto de a direcção nazi no final do verão de 1941 se mostrar tão decidida a iniciar a deportação dos judeus europeus pode, por isso, ser atribuída também ao fantasma de um movimento judeu-comunista que abrangia toda a Europa.

A implementação das deportações enfrentou grandes dificuldades no início. O chefe do Departamento de Armamentos da Wehrmacht, Georg Thomas,²⁵ e também o presidente da Administração Regional, Friedrich Uebelhoer, entre outros, levantaram forte objeção contra o previsto internamento de 60 000 pessoas no gueto de Lodz – com o que este último chamaria sobre si a ira de Himmler.²⁶ Segundo Uebelhoer o gueto de Lodz não era um «gueto de extermínio», em que ainda poderiam ser enfiadas mais pessoas, mas um «gueto de trabalho».²⁷ Por fim, funcionários ao serviço do governador do Reich negociaram com Eichmann a redução do número original de 60 000 para 25 000 judeus e ciganos. Greiser aparentemente fizera uma proposta a Himmler: em «contrapartida» seriam assassinados não menos do que 100 000 judeus locais.²⁸ No início de outubro o RuSHA determinou que os guetos de Riga e Minsk, entre eles, receberiam 50 000 pessoas.²⁹

Durante o almoço de 6 de outubro Hitler declarou aos comensais que todos os judeus do protetorado deveriam ser «afastados»; juntamente com estes deveriam «desaparecer» os judeus de Viena e Berlim.³⁰ Quatro dias depois, a 10 de outubro, em Praga Heydrich anunciou a deportação dos primeiros 5000 judeus da cidade.³¹ Eles poderiam ser «incluídos nos campos para prisioneiros comunistas [...]» nos territórios ocupados do Leste.³² Segundo Heydrich

declarou na ocasião, Hitler esperava «que, de preferência, até ao final do ano, todos os judeus tenham sido removidos do território alemão».

Também a direção do Governo Geral desde a primavera de 1941 esperava que os «seus» judeus fossem expulsos ainda naquele ano para os territórios soviéticos a serem conquistados. Em meados de outubro de 1941, no entanto, Rosenberg deixou claro a Hans Frank, o governador-geral, que não havia condições para isso no momento. Em consequência, na direção do Governo Geral começou-se a pensar mais intensamente se a Questão Judaica não deveria ser «resolvida» no próprio território.³³ Ainda no mesmo mês Frank convocou uma série de conferências, que foram realizadas nas principais cidades do distrito, nas quais a Questão Judaica foi abordada em tons extremamente radicais. A saída do gueto, decidiu-se ali, seria punida com a pena de morte. Com isso abria-se a temporada de caça ao homem contra todos os judeus encontrados fora dos guetos.³⁴

Em 1 de agosto de 1941, com a Galícia, foi acrescentado mais um distrito ao Governo Geral. Nas semanas anteriores à incorporação, o Einsatzkommando z.b.V. havia coberto a região com uma onda de terror dirigida principalmente contra homens judeus, sobretudo os de posição mais elevada. Concretizada a anexação, esse comando, que nesse entretanto fora elevado a Departamento do Comandante da Polícia de Segurança do distrito da Galícia, continuou espalhando o terror na mesma medida.³⁵ Desde o início de outubro a polícia de segurança incluiu também a população judaica indiscriminadamente na sua política assassina, assim como os Einsatzkommandos o fizeram na mesma altura nos territórios soviéticos ocupados. Massacres aterradores ocorriam semana após semana.³⁶ Portanto, o assassinato em massa dos judeus já atingira o Governo Geral na época da negativa de Rosenberg a Frank.

No mesmo período, foram também acertados os preparativos concretos para o assassinato sistemático dos judeus no distrito de Lublin, fronteiro à Galícia, ou seja, no território que em 1939 fora previsto ser uma «reserva de judeus» (e que em 1942 serviria de facto como região de concentração de judeus deportados do Reich). Um papel crucial nesse empreendimento cabia ao chefe das SS e da polícia local, Odilo Globocnik, a quem três meses antes Himmler confiara importantes tarefas na futura reorganização do Leste. Em 13 de outubro Globocnik encontrou-se com o Reichsführer³⁷ a fim de debaterem uma sugestão que fora feita duas semanas antes, a de limitar a «influência dos judeus», «atuando com firmeza com meios da política de segurança».³⁸ Pode-se dar como certo que Globocnik tenha sugerido a construção de um campo de extermínio inicial e que Himmler lhe tenha dado permissão para isso.³⁹

Esse encontro marca uma viragem: duas ou três semanas mais tarde, no início de novembro – então a Questão Judaica fora discutida diversas vezes

na cúpula do governo –, foram iniciadas as obras da construção do primeiro campo de extermínio, Belzec.⁴⁰ O facto de que a sua capacidade mortífera era limitada de início e de que antes da primavera de 1942 não foram construídos outros campos de extermínio no Governo Geral, no entanto, indicam que Globocnik no outono de 1941 ainda não havia recebido a ordem de preparar o assassinato de todos os judeus do Governo Geral. A sua ordem valia para o distrito de Lublin, possivelmente também já para o distrito da Galícia.⁴¹

Uma semana após a conversa com Globocnik, a 20 de outubro de 1941, Himmler e Von Ribbentrop encontram-se com uma delegação eslovaca de alto escalão, no quartel-general do Führer, constituída pelo presidente Jozef Tiso, pelo primeiro-ministro e ministro do Exterior Vojtech Tuka, além do ministro do Interior, Alexander Mach. Nessa ocasião Himmler propôs à cúpula do governo eslovaco ali reunida deportar os judeus «deles» para uma área especialmente delimitada no Governo Geral, proposta recebida positivamente por todos.⁴² Há indícios de que a construção de um segundo campo de extermínio no distrito de Lublin – Sobibor – tenha ocorrido em consequência desse encontro.⁴³

A ordem de Himmler de que se encontrasse um método de assassinato que afligisse menos os seus homens do que as execuções provavelmente foi emitida após a visita a Minsk em meados de agosto ou pouco depois.⁴⁴ Alguns dias depois de Himmler ter presenciado ali um fuzilamento em massa, Von dem Bach-Zelewski tentou trazer – aparentemente sem sucesso – o chefe do Sonderkommando das SS, Herbert Lange, que já matava pacientes em furgões de gás havia algum tempo, para uma «apresentação» em Minsk.⁴⁵ O comandante da Einsatzgruppe B, Arthur Nebe, que provavelmente estava presente durante a visita de Himmler, também conduzia experiências com os mesmos objetivos. Depois das experiências em que se matavam doentes mentais por meio de explosivos,⁴⁶ ele testou o assassinato de pacientes de instituições de Mogilev e também de Nowinki, perto de Minsk (que Himmler visitara em 15 de agosto), em salas hermeticamente fechadas, por meio de gás de escape de automóveis introduzido do exterior.⁴⁷ Finalmente, decidiu-se pela utilização de furgões a gás. Ainda antes do final do ano, todas as quatro Einsatzgruppen utilizavam esse método.⁴⁸

Desde novembro de 1941 os furgões a gás passaram a ser utilizados no Warthegau, onde de meados de outubro a 9 de novembro⁴⁹ chegaram ao todo 25 transportes com 25 000 pessoas destinadas ao gueto de Lodz: 20 000 judeus do território do Reich e 5000 ciganos do Burgenland. Os furgões a gás foram utilizados para matar os judeus locais, como fora acordado, «em troca» de deportações. Há provas da utilização de veículos com câmaras de gás em 8 de dezembro, em Chelmno, onde se instalara uma estação para os abrigar.⁵⁰ Com isso, o primeiro campo de extermínio havia iniciado a sua terrível atividade.

Em Chelmno, a partir de 1942, foram assassinados sobretudo os habitantes do gueto de Lodz.⁵¹

Paralelamente ao desenvolvimento dos furgões a gás, no outono de 1941 foram instaladas câmaras de gás fixas no Leste da Europa ocupado. A construção de uma dessas câmaras de gás foi anunciada ao comissário do Reich, Hinrich Lohse, por Erhard Wetzel, encarregado de questões raciais junto ao Ministério do Leste, em 25 de outubro; o chefe de serviço da Chancelaria do Führer, Brack, o organizador da «eutanásia», em breve viria a Riga para tomar as providências necessárias.⁵² Mas a visita não se concretizou. Em Riga os assassinatos eram cometidos em câmaras de gás instaladas sobre veículos.⁵³

No entanto, Brack conseguiu concretizar os seus planos no Governo Geral, onde, conforme já mencionamos, no início de novembro teve início a construção do campo de extermínio Belzec e, possivelmente no final de 1941, iniciaram-se os preparativos para a construção do segundo campo de extermínio.⁵⁴ Em 14 de dezembro encontrou-se com Himmler e provavelmente nessa ocasião concordou em enviar os seus especialistas para o Governo Geral a fim de ajudarem na construção e na operação dos campos. Até ao verão de 1942 Brack transferiria um total de 92 especialistas em morticínio.⁵⁵

No campo de concentração de Auschwitz, que fora ampliado consideravelmente desde o início da guerra contra a União Soviética, escolheu-se o método do gás para cometer os assassinatos: experimentou-se o uso do gás venenoso Zyklon B, utilizado na desinfeção do campo.⁵⁶ Presumivelmente no início de setembro, 600 prisioneiros de guerra soviéticos e 250 presos doentes foram os primeiros a ser mortos por meio do gás Zyklon B numa cave do bloco 11. Um pouco mais tarde, em meados de setembro de 1941, 900 prisioneiros de guerra soviéticos foram assassinados do mesmo modo, na morgue do crematório.⁵⁷ Presume-se que até ao final do ano ainda outros pequenos grupos de prisioneiros – possivelmente trabalhadores forçados judeus e enfraquecidos da Alta Silésia – tenham morrido em Auschwitz, vítimas das experiências com Zyklon B.⁵⁸

O facto das SS terem ordenado a construção de um grande crematório em Mogilev (aproximadamente a 150 quilómetros a leste de Minsk), em novembro de 1941, deixa presumir que ali originalmente também se planeava construir um grande campo de extermínio. No entanto, nos primeiros meses de 1942 as SS decidiram ampliar a capacidade de extermínio na Polónia, de forma que os fornos inicialmente previstos para Mogilev foram levados para Auschwitz naquele ano.⁵⁹

De todo esse movimento resulta o seguinte quadro: enquanto em Auschwitz se faziam experiências com o Zyklon B, no outono de 1941 as SS determinaram que perto dos guetos de destino das primeiras ondas de deportação do Reich – em Riga, na área de Lodz (Chelmno), em Belzec, presumi-

velmente também em Mogilev, portanto na área de Minsk – fossem erguidas instalações para o assassinato de pessoas por meio de gás. Nas regiões de importância central para os planejados reagrupamentos de pessoas tendo em vista a «reorganização» racial, dever-se-ia ao menos eliminar a população judia local que era «incapaz para o trabalho». Paralelamente, ainda se tinha a intenção de deportar o restante dos judeus para os territórios soviéticos ocupados – um plano de Solução Final que igualmente previa a destruição física dos judeus da Europa.

A 8 de novembro foram iniciadas as deportações para Minsk. Um dia antes, 7 de novembro, a Polícia de Segurança Alemã, com a ajuda de tropas de apoio locais, assassinara aproximadamente 12 000 moradores do gueto de Minsk. Antes que as deportações fossem canceladas, no final de novembro, devido à péssima situação do serviço de transporte, oito comboios carregando cerca de 8000 pessoas chegaram a Minsk. Com a chegada do inverno, Himmler foi obrigado a desistir do plano original de deportar os judeus da Europa central «para o Leste» antes do fim do ano;⁶⁰ assim, o planejamento estendeu-se até à primavera seguinte.⁶¹

Quando começaram as deportações para Riga, a 19 de novembro, a construção do campo de concentração previsto para os judeus alemães ainda nem fora iniciada.⁶² Portanto, os primeiros cinco comboios, com aproximadamente 5000 pessoas, destinados a Riga, foram desviados para Kaunas, onde todos os deportados foram imediatamente fuzilados por elementos do Einsatzkommando, no Forte IX da fortificação histórica.⁶³ No gueto de Riga, nesse período, foram perpetrados outros assassinatos: o HSSPF local expediu a ordem de fuzilamento de 4000 judeus da Letônia e, em 8 e 9 de dezembro, possivelmente de outros 20 000 habitantes do gueto.⁶⁴ Na sua prisão soviética, Jeckeln declarou que a incumbência de liquidar o gueto lhe fora atribuída diretamente por Himmler.⁶⁵

Durante o primeiro massacre foram executados, além disso, 1000 judeus vindos de Berlim, imediatamente após a chegada, ainda na manhã de 30 de novembro. Após esse assassinato em massa, no entanto, Himmler suspendeu a execução de judeus no território do Reich durante os meses seguintes, depois de também tentar evitar o fuzilamento dos judeus de Berlim. Na agenda de trabalho de Himmler consta, em 30 de novembro de 1941, uma ligação telefônica a Heydrich: «Transporte de judeus de Berlim. Não haverá liquidação.»⁶⁶ Mas já era tarde demais; o massacre já tivera lugar.⁶⁷ Por essa razão, a 1 de dezembro, Himmler ameaçou Jeckeln por radiograma: puniria «decisões independentes e transgressões» em relação às «diretrizes determinadas por mim ou pelo Departamento Central de Segurança do Reich em meu nome» quanto ao «tratamento» a ser dispensado aos «judeus deslocados para a região de Ostland». Ao mesmo tempo, convocou Jeckeln a apresentar-se perante ele

a 4 de dezembro, quando discutiram a Questão Judaica.⁶⁸ A escolha das palavras mostra que Jeckeln não havia desobedecido a uma ordem de Himmler, mas que não entendera bem as «diretrizes» (que não conhecemos) traçadas pela sua política: os judeus deportados do Reich no outono de 1941 não deveriam – ao contrário dos que viviam nos territórios de destino – (ainda) ser assassinados maciçamente.

Não é de admirar que Jeckeln «não tivesse entendido bem» as instruções de Himmler. Afinal, no outono de 1941, era cada vez maior o número de nazis importantes que falavam abertamente sobre o iminente «extermínio» ou «aniquilação» dos judeus. Em 25 de outubro, à mesa, Hitler lembrou mais uma vez aos seus comensais a sua «profecia» do dia 30 de janeiro de 1939, acrescentando entre outras coisas que «é bom que o terror de que erradicaremos o judaísmo nos preceda».⁶⁹ Em editorial na revista semanal *Das Reich* de 16 de novembro de 1941, Goebbels também se referiu à profecia de Hitler de 30 de janeiro de 1939 e comentou: «Estamos vivendo a consumação dessa profecia e com isso cumpre-se o destino para o judaísmo, que, apesar de ser duro, é mais do que merecido.» O «judaísmo mundial», continua Goebbels, padece «agora de um processo gradual de extermínio». Dois dias depois, numa conferência de imprensa, Rosenberg falou sobre o iminente «extermínio biológico de todo o judaísmo na Europa».⁷⁰ Certamente não foi por acaso que essa declaração fora precedida de uma reunião de várias horas com Himmler, em 15 de novembro, em que se debatera, entre outros temas, a política em relação aos judeus.⁷¹ Quanto à «solução da Questão Judaica», aparentemente na alta cúpula imperava a intenção de ir além dos assassinatos até então limitados a territórios específicos, sujeitando-a a uma Solução Final mais radical, ainda que não houvesse clareza acerca de «como», «onde» e «quando» seria aquietado o clamor cada vez mais alto por «aniquilamento». A atmosfera nos altos círculos diretivos só pode ser descrita como homicida.

O que era coerente com a situação nos territórios ocupados. Não é coincidência que os mais diversos funcionários da «periferia» tomassem ou sugerissem iniciativas de extermínio em massa quase ao mesmo tempo. As deportações levavam a guetos já superlotados, a campos que ainda não existiam (Riga, Mogilev) ou a regiões cruciais que, na verdade, haviam sido previstas para o assentamento de etnias alemãs. «Situações impossíveis» eram assim criadas de modo sistemático.

Durante esses meses Himmler agia do mesmo modo que agira em julho e agosto quando decidiu que mulheres e crianças seriam incluídas nos assassinatos em massa: a iniciativa de intensificar a política judaica – neste caso, o início das deportações – partiu novamente de Hitler, mas, tal como outros

altos funcionários, Himmler pressentia uma decisão dessa natureza, sondava e negociava antecipadamente, e assumiu um papel ativo assim que chegou a hora certa. Parece que o primeiro impulso para o uso de gás como meio mortífero foi dado por ele; ocupava-se dos especialistas que já tinham experiência em «eutanásia», fornecia estímulos, aceitava sugestões – como a da instalação de um campo de extermínio em Belzec, vinda de Globocnik –, concedia o devido espaço aos iniciadores para que continuassem a desenvolver ideias, mas também intervinha quando os subordinados iam longe demais. Por conseguinte, algo típico para o funcionamento da máquina de morte era, por um lado, uma relação tensa entre ordens formuladas em termos gerais a serem apreendidas intuitivamente e, por outro, iniciativas próprias dos responsáveis locais, sendo que o comando, ou seja sobretudo Himmler, podia intervir conforme fosse necessário a fim de acelerar ou atrasar o processo.

Na noite de 7 de dezembro de 1941, Himmler encontrava-se no quartel-general de Hitler para jantar. Em seguida debateram-se os acontecimentos políticos mundiais mais recentes, como consta no diário de Himmler: «Japão declara guerra aos Estados Unidos e à Inglaterra.» Por meio do ataque dos japoneses a Pearl Harbor, que ocorrera imediatamente antes da declaração de guerra, a Segunda Guerra Mundial tornara-se de facto uma «guerra mundial».

Como aliado do Japão, Hitler estava decidido a declarar guerra aos Estados Unidos, o que, do seu ponto de vista, era um empreendimento relativamente desprovido de risco, já que as Forças Armadas norte-americanas estariam ocupadas a lutar no Pacífico durante anos, enquanto ele teria tempo suficiente para concluir vitoriosamente a guerra na Europa e poderia atacar os navios de transporte americanos que para lá se dirigissem sem qualquer impedimento. Em 11 de dezembro, numa assembleia extraordinária do Reichstag, Hitler anunciou oficialmente a entrada da Alemanha na guerra ao lado do Japão, o que foi festejado entusiasticamente pelos membros do Parlamento, composto exclusivamente por nazis, entre os quais também se encontrava o deputado Himmler.⁷²

No dia seguinte Himmler participou numa reunião dos Gauleiter e Reichsleiter que teve lugar nas dependências privadas de Hitler na Chancelaria do Reich. Hitler falou sobre a situação crítica na frente oriental e também sobre o estado das coisas em virtude da entrada na guerra contra os Estados Unidos. Goebbels registou que nesse contexto ele voltou a referir-se à sua «profecia» de 30 de janeiro de 1939: «Em relação à Questão Judaica, o Führer está decidido a limpar a área. Ele preveniu os judeus de que, se eles mais uma vez provocassem uma guerra mundial, isso representaria o seu próprio extermínio. O que não foi uma força de expressão. A guerra mundial está aí, o extermínio do judaísmo deve ser a consequência necessária. Essa questão deve ser encarada sem qualquer sentimentalismo.» Não haveria lugar para compaixão; os

«iniciadores desse conflito sangüinário [...] pagarão com a vida» pelos prejuízos de guerra alemães.⁷³

Por mais radicais que fossem as declarações, no tom não se diferenciavam dos anúncios de destruição em massa que Hitler, Rosenberg e Goebbels haviam emitido nos meses anteriores. Não marcavam nem uma mudança na política nem uma «decisão fundamental» em relação à Questão Judaica;⁷⁴ tratava-se unicamente de dar mais ênfase para que se estendesse ainda mais e se acelerasse o assassinato em massa de judeus iniciado meses antes. Quando Himmler se reuniu com Hitler a 18 de dezembro para um debate mais abrangente, no seu bloco de anotações constavam inúmeros tópicos que basicamente tratavam de organização, armamento, atuação e ocupação de cargos nas SS Armada, assim como perguntas acerca da Polícia de Ordem. No topo da lista, no entanto, figurava a Questão Judaica e, ao lado desse tópico, obviamente como resultado da conversa com Hitler, as palavras «aniquilar como guerrilheiros». Realmente os judeus foram assassinados em massa no contexto do combate aos guerrilheiros ou, melhor dizendo, sob esse pretexto, desde o verão; parece que Himmler queria que essa prática (ou seja, a regulamentação da terminologia) fosse confirmada de novo pela autoridade mais alta do regime.⁷⁵